

O mundo-fronteira*

The frontier-world

 10.21680/1983-2109.2022v29n60ID30865

Paulo Eduardo Arantes

Universidade de São Paulo (USP)

 0000-0002-8701-8742

p.e.arantes@uol.com.br

Resumo: Paulo Arantes explora a imagem original de fronteira que nasce com a modernidade e reflete sobre seus desdobramentos na atualidade geopolítica. O ponto de partida é a tese do sociólogo polonês Zygmunt Bauman de que os atentados de 11 de setembro de 2001 teriam marcado o fim simbólico da “era do espaço” e inaugurado uma era de vulnerabilidade permanente que ele denomina “terra de fronteira global”. Arantes recupera a teoria schmittiana de “nomos da terra” para explicar a transformação em curso. Interessa-lhe sobretudo o poder de desmistificação do pensamento liberal moderno que a franqueza do jurista alemão reacionário oferece. Afinal, sua teoria da vinculação intrínseca entre ordenamento jurídico e enraizamento espacial permite reconhecer na descoberta do Novo Mundo e na experiência colonial a precondição da instauração do jus publicum europaeum, do reconhecimento mútuo de Estados soberanos europeus e da consequente racionalização e descriminalização da guerra próprios da constituição do capitalismo. Na contramão da euforia globalizante da ideologia contemporânea, a teoria de Schmitt revela como o núcleo orgânico do capitalismo e sua periferia colonial surgem juntos e devem terminar separados, pois o fosso entre ambas seria constitutivo. A segunda consequência extraída é de que se o fundamento do estado de direito na Europa é seu avesso no ultramar, esse processo também é coetâneo de um pensamento por linhas globais. É nesse contexto que Arantes procura refletir sobre a novidade identificada por Bauman e já intuída por Schmitt no pós-guerra com o surgimento de uma potência nacional fora da Europa e que passa a reivindicar autoridade sobre um espaço já não é mais nacional. Demarcando uma nova linha global denominada “hemisfério ocidental”, os EUA inaugurariam também um novo conceito de soberania que despreza a antiga noção de anexação territorial e desarticula a relação intrínseca entre direito, Estado e territorialidade – processo que remonta tanto ao esgotamento da sangrenta expansão na fronteira estadunidense quanto à vitória bélica avassaladora da jovem nação americana no desfecho das guerras mundiais às portas da Era Atômica. Os atentados contra o World Trade Center e os desmandos da política externa do Governo Bush aparecem assim como apenas as manifestações mais recentes e vistosas desse novo paradigma histórico em que tudo tornou-se fronteira e cuja marca é a generalização do estado de sítio. (Resenha por Artur Renzo)

* Conferência realizada em 18 de agosto de 2004, no âmbito do programa “Balanço do Século XX” promovido pelo Espaço Cultural CPFL, no módulo: “A teoria pós-moderna, a contemporaneidade e a vingança da história”, com curadoria de Bento Prado Jr. O vídeo da conferência se encontra disponível em <https://sentimentodialectica.org/dialectica/catalog/book/104>. Transcrição realizada por Francisco Corrêa, Felipe Catalani e Giovanni Zanotti.

Palavras-chave: guerra, soberania, colonização, Carl Schmitt, nomos da terra, Zygmunt Bauman.

Abstract: Paulo Arantes explores the original image of frontier that was born with modernity and reflects on its consequences in geopolitics today. The starting point is Polish sociologist Zygmunt Bauman's thesis that the attacks of September 11 marked the symbolic end of the "age of the space" and inaugurated an age of permanent vulnerability that he calls "global frontierland". Arantes recovers the Schmittian theory of the "nomos of the Earth" to explain the ongoing transformation. He is mainly interested in the power of demystification of modern liberal thought that the frankness of that German reactionary jurist offers. After all, his theory of the intrinsic link between legal order and spatial roots allows us to recognize in the discovery of the New World and in the colonial experience the precondition for the establishment of *jus publicum europaeum*, of the mutual recognition of European sovereign states and of the consequent rationalization and decriminalization of war proper to the constitution of capitalism. Against the backdrop of the globalizing euphoria of contemporary ideology, Schmitt's theory reveals how the organic core of capitalism and its colonial periphery arise together and must end up apart, for the gap between the two would be constitutive. The second consequence drawn is that if the foundation of the rule of law in Europe is its reverse overseas, this process is also coetaneous with a thinking along global lines. It is in this context that Arantes seeks to reflect on the novelty identified by Bauman and already sensed by Schmitt in the post-war period with the emergence of a national power outside Europe that starts to claim authority over a space that is no longer national. Demarcating a new global line called "Western Hemisphere", the US would also inaugurate a new concept of sovereignty that disregards the old notion of territorial annexation and dismantles the intrinsic relationship between law, state, and territoriality - a process that goes back to both the exhaustion of the bloody expansion on the US frontier and the overwhelming war victory of the young American nation at the conclusion of the World Wars at the gates of the Atomic Age. The attacks on the World Trade Center and the Bush administration's foreign policy abuses appear to be only the most recent and striking manifestations of this new historical paradigm in which everything has become a frontier and whose hallmark is the generalization of the state of siege. (Abstract by Artur Renzo).

Keywords: War, sovereignty, colonization, Carl Schmitt, nomos of the Earth, Zygmunt Bauman.

O tema, como foi anunciado e enunciado, é um tanto abstruso. Mas eu vou me esforçar para que ele o seja um pouco menos. Chama-se *O mundo fronteira* e eu não vou tratar da ideia de "fronteira" tal como ela foi posta na moda nesses últimos quinze ou vinte anos. Existe uma concepção metafórica, euforizante de fronteira, que está no coração, digamos, da fraseologia pós-moderna contemporânea, como encontro de culturas, diálogo, hibridização, miscigenação... Eu não vou tratar disso, embora o que eu vou tentar esboçar possa explicar um pouco o porquê desta versão positivadora da noção de fronteira. Isso posto, o diagnóstico enunciado nas quatro linhas que eu enviei a respeito do tema é mais ou menos o seguinte. Ele não é meu, é de um sociólogo anglo-polonês, ou polonês-inglês, muito difundido no Brasil – tem meia dúzia de livros publicados entre nós – chamado Zygmunt Bauman. E esse diagnóstico se encontra num livro não traduzido, no capítulo que tem justamente como título: *O mundo como*

fronteira global. Como todo o mundo de uns anos para cá, ele também tece variações a respeito do tema do 11 de setembro. O que mudou depois do 11 de setembro? Na visão drástica de Bauman, o que nós podemos reconhecer neste evento é uma espécie de fim simbólico daquilo que ele chama “a era do espaço”. É um longo processo (que ele não historia, e eu também não vou acompanhá-lo nessa análise) que culmina naquele evento catastrófico, naquele mega-atentado que, segundo ele, teria posto um término à “era do espaço” (já vou explicar o que é) e teria inaugurado o que ele chama de “terra de fronteira global”, a qual sucedeu ao espaço como nós o conhecemos. O argumento dele é o seguinte. Aqueles acontecimentos de 2001 demonstraram que o espaço – ele está pensando sobretudo no espaço nacional, embora não só nisso – não é mais um abrigo, não protege mais, não é sequer, mesmo mudando o sinal, um esconderijo. E essa era do espaço, para ele, é mais do que milenar. É alguma coisa que nós poderíamos simbolizar, para visualizar melhor, como algo que teria começado, por exemplo, com a Muralha da China: vai da Muralha da China até, mais ou menos, a última muralha, o Muro de Berlim, passando pela Linha Maginot – os mais idosos aqui, pelo menos da minha idade, devem saber o que é a Linha Maginot: era a linha inexpugnável que separava a França da Alemanha, e que foi transposta em 48 horas pelo Blitzkrieg alemão. Ora, segundo Bauman, esse espaço, compreendido através destas subdivisões, que são estas linhas protetoras, estes cordões sanitários, desapareceu. Ele era consubstanciado por esse tipo de visualização. E desapareceu por uma razão que é uma evidência mesmo, ligada aos atentados de 11 de setembro: na visão dele, eles demonstraram, entre outras coisas, que há uma espécie de vulnerabilidade absoluta. Eu iria um pouquinho mais adiante, ainda na visão de Zygmunt Bauman, dizendo o seguinte: é como se nós, na selvageria do atentado, reconhecêssemos alguma coisa como os nômades de fronteira, por assim dizer, pensando nos antigos impérios históricos. O atentado era justamente a demonstração de que estas fronteiras – vou começar a usar “fronteira” em dois sentidos – haviam sido transpostas, pulverizadas, ignoradas, e passaram a ser arquivadas como pura memória histórica. Então, essa inviolabilidade, a proteção oferecida pelo espaço, nesse sentido, havia desaparecido. Em compensação – maneira de falar –, nós estaríamos ingressando numa era em que o espaço global – aí é o “espaço” no sentido elementar – tem se transformado numa grande fronteira. Vejam só: “fronteira” mudou de sinal. Só que ele não explica. Nós temos, digamos, fronteiras demarcadas – justamente, no caso, ele evoca a Muralha da China para conter as grandes invasões dos Mongóis –, as quais denotaram toda uma era histórica que abarca milênios, e o fim delas corresponderia ao nascimento de um outro tipo de fronteira: é essa “fronteira” que se escreve em inglês. Seria *global frontier land*.

Eu não quero ser pedante, mas tenho que enfatizar isso. *Frontier*, em inglês, tem dois significados. Ela pode ser a fronteira política linear que separa dois

Estados nacionais soberanos territorialmente exclusivos e que, portanto, em inglês, seria normalmente chamada de *border*: “linha divisória” ou “fronteira” (nós temos uma palavra só). E *frontier*, se nós consultarmos qualquer dicionário inglês – por exemplo, o Oxford –, é justamente a acepção americana disto: a *frontier* americana. Há toda uma mitologia a respeito dela; quem ainda – mais velhos, ou aficionados, ou cinéfilos – vê Western, sabe do que eu estou falando. A *frontier* não é a fronteira política, ela é uma espécie de faixa que alcança dois tipos de territórios diferenciados em expansão; uma espécie de frente de colonização ou zona pioneira, que avança para uma terra ignota, inexplorada, selvagem, hostil... a nossa mata virgem, o nosso sertão. E geralmente é tida como vazia, embora na verdade esteja cheia de gente: são os nativos, com os quais esses pioneiros têm relações pouco amistosas. Por isso, quando Bauman diz: “nós estamos ingressando na Era da fronteira, e o espaço mundial, o espaço global, é uma *frontier land*, uma terra de fronteira”, essa, a meu ver, é uma imagem original, e é ela que eu vou explorar. Em poucas páginas, ele caracteriza um pouco essa *frontier*, e nós estamos vendo que ele caracteriza uma fronteira de tipo americano. E a principal característica que ele observa é a mudança no regime da guerra. O 11 de setembro é apenas um fecho simbólico de um longo processo que ele não vai especificar, mas que está subentendido, em que o objetivo de guerra, da guerra clássica como nós a conhecemos na modernidade, ou mesmo na pré-modernidade, deixa de ser a conquista espacial, a conquista ou a anexação de territórios, e passa a ter características que ele chama, curiosamente, de “guerras nômades”. Ele usa uma expressão muito difundida, que é o “bater e correr” – *hit and run*. O que é, justamente, a guerra nômade ou, podemos dizer, a guerra de partisan, a guerra de guerrilha que, em certo sentido, ingressou na modernidade na resistência espanhola às invasões napoleônicas, no início do século 19.

Não sei se repararam – não vou fazer antiamericanismo de realejo, mas eu tenho que dar alguns exemplos. Logo nas primeiras investidas na guerra do Iraque em Bagdá, a imprensa internacional, e os próprios iraquianos, faziam comparações com as invasões mongóis. E, justamente, o que Zygmunt Bauman diz é quase que o óbvio jornalístico: os americanos há dez anos se dedicam a bater e correr. Não é uma guerra no sentido tradicional como nós a conhecemos; é uma guerra geralmente aérea, de bombardeiros estratégicos, em que se destrói a infraestrutura de nações, e depois eles se encarregam da reconstrução: um negócio. Enfim, ela tem esse aspecto destrutivo, desorganizador, caotizante, como tinham as incursões nômades, para as quais se construiu, entre outras razões, a Muralha da China.

Outras caracterizações que nos fazem pensar nos Estados Unidos (depois eu vou largar esse assunto para voltar mais adiante). Bauman diz o seguinte (ele é muito evasivo, não quer ser direto): reparem como, atualmente, não existem mais alianças, tratados de defesa mútua como existiam antes. A NATO é uma relíquia,

apenas uma figura de retórica. As alianças são sempre *ad hoc*, são sempre circunstanciais, são tópicas para um objetivo preciso. Elas se desfazem uma vez esses objetivos alcançados, e, numa etapa seguinte, é possível que os aliados de ontem sejam os inimigos nesse novo enfrentamento. Então, essas alianças, como os americanos as chamam hoje, são as coalizões daqueles que estão dispostos a fazer tais tarefas, e, segundo Bauman, elas lembram muito a imagem da sociedade americana de fronteira. Novamente, quem vê Western sabe como é que um xerife faz para caçar um malfeitor: reúne, *ad hoc*, homens dispostos, cidadãos prestantes dispostos a fazer justiça. E, portanto, forma-se um bando – *bunch* – que vai atrás do fora-da-lei, que geralmente é linchado, enforcado, justiça sumária. E está suposto, portanto, que nós estamos ingressando numa era de justiça de fronteira, de sociedade de fronteira – “fora-da-lei”, no caso, é fora do direito internacional. A ONU não existe, passou a não contar, porque justamente o xerife do pedaço – no caso, o pedaço é o globo – tem regimentos que estão dispostos, por atos de heroísmo, a largar os seus afazeres privados e participar desta caçada, para que a lei e a justiça sejam feitas, a lei e a ordem sejam instaladas nesse mundo hostil, selvagem, que é o mundo da fronteira. É verdade que o mundo da fronteira tem também – e fica em surdina na argumentação de Bauman – uma conotação positiva, progressista, de desbravamento, de aventura, de conquista, de descoberta, de invenção de novas regras e novas formas de sociabilidade: é o momento em que a sociedade se renova. Eu vou deixar isso de lado, mas faz parte também. Toda a ideologia pós-moderna, os *Border Studies*, aproveitaram esse lixo ideológico sem sabê-lo, o sublimaram.

Isso posto, eu quero entender, então, o que significa essa tese de que o espaço global hoje é uma terra de fronteira, e vou mudar os termos do debate proposto por esse diagnóstico, que eu acho precioso, feito por esse sociólogo anglo-polonês. Eu vou fazer esse mesmo diagnóstico em outros termos, com a mão de gato, e aí peço que me compreendam, por favor, porque eu vou me apoiar, ou melhor, vou glosar um autor – eu não vou toda hora dizer: sou eu que estou pensando isso, é o autor que estou comentando que o diz, são os comentaristas dele que dizem isso... – um autor com que a gente tem que fazer todas as ressalvas quando o cita, porque é um autor maldito, com razão, em todos os sentidos, uma espécie de figura sinistra, mefistofélica, do pensamento político-jurídico do século 20. É claro que eu poderia dizer isto de Heidegger, e todo o mundo iria dizer: não, mas que bonitinho, Heidegger é um grande filósofo, mas esse rapaz, falecido recentemente com 90 anos (era um anãozinho assim, como os grandes juristas brasileiros também não ultrapassam muito essa estatura), era uma espécie de gênio do mal, foi uma espécie Hobbes do século 20 para o mal, embora tenha sido genial de certo ponto de vista. É Carl Schmitt. Infelizmente, como Heidegger também em certo sentido, ele tem coisas a dizer. Para quem não sabe, eu já vou adiantando um pouco do prontuário do indivíduo. Ele cometeu o pior dos

pecados, duplamente qualificado: não o fato de ter aderido ao Terceiro Reich, mas de ter aderido ao Terceiro Reich pelas piores razões, para fazer carreira. Imaginem um jurista de renome, conservador evidentemente, reacionário, de direita se quisermos, mas ele poderia ficar no seu canto, e em um determinado momento, nem tanto por convicção – salvo um conservadorismo geral –, ele adere ao regime, e é repudiado em parte pelo regime, pelos concorrentes, porque queria ser o ministro da Justiça... como se fosse possível um ministro da Justiça no Terceiro Reich! Mas enfim, ele ambicionava, era um eminente constitucionalista e tentou, quase conseguiu, se deu mal em Nüremberg depois, foi preso, foi proibido de ensinar e mais ou menos cogitou essas coisas na cadeia e escreveu um livro em 1950, o livro no qual eu vou me basear. É um livro que causa arrepios, porque tem visões extraordinárias sobre o século 20 e o que vem pela frente, vindo da direita. Não é a primeira vez que isso ocorre, é uma particularidade alemã: geralmente a clarividência dos alemães está nos opostos, ou na extrema direita ou na extrema esquerda. Claro que não estou falando dos assassinos, dos delinquentes, dos genocidas, mas enfim, é um certo tipo – digamos – de pensamento conservador, reacionário *stricto sensu*, como foram os grandes reacionários, os grandes conservadores dos séculos 18 e 19 na Inglaterra e na Alemanha, que claramente, com razões muito inteligentes, nada tresloucadas, se contrapuseram à modernidade que avançava e que se chamava capitalismo, com a qual eles não concordavam e à qual fizeram grandes objeções. Eu digo isso, amenizando um pouco... eu não tenho que esconder as minhas preferências ou filiações: o marxismo se inspirou demais no pensamento conservador alemão, porque justamente era um tipo de pensamento que não se deixou ofuscar, digamos, pelo oba-oba progressista das Luzes avançando e esclarecendo a Terra; eles eram reticentes, e esse tipo de reticência inspirou, de certa maneira, uma determinada crítica do capitalismo. É claro que eu não estou dizendo que Marx seja um pensador de extrema direita, mas os conservadores ingleses e particularmente alemães, como alguns dos franceses – como Tocqueville, por exemplo, que não era um fascista ou um proto-fascista, mas era um conservador *stricto sensu* – são às vezes luminosos nessas intuições fulgurantes e demoníacas que eles têm do mal que vem pela frente, porque eles sabem do que estão falando.

Dito isso, o livro que eu vou utilizar chama-se *O nomos da terra*. Foi publicado em 1950 por Carl Schmitt, essa peste ambulante que disse coisas terríveis... ele era antiliberal, então ele não se deixava embair por baboseiras liberalóides. Não que o liberalismo seja ruim: o liberalismo é bom, o problema dele é que ele diz que já está realizado, e aí a coisa se complica, porque ninguém é contra o estado de direito, contra as liberdades individuais garantidas etc., o problema do liberalismo é que ele diz que isso já existe. E, no século 19, o socialismo dizia: não, isso não existe, ainda nós vamos realizar, de modo que há uma espécie de laço de família entre liberalismo e socialismo no progressismo. Os

conservadores achavam que isto era um pouco complicado, gera uma promessa em si mesma viciada.

Então, entrando no assunto, feitas todas essas ressalvas, o que Bauman chamou de “era do espaço”, que se encerrou de maneira apoteótica, entre aspas evidentemente, no dia 11 de setembro, Carl Schmitt diria, se fosse vivo, que foi o “nomos da terra” – já vou explicar – que finalmente teria, digamos, oficialmente passado o seu atestado de óbito, porque segundo ele isto já vinha de longe, é um processo remoto. Essa erosão da era do espaço teria começado na virada do século 19 para o século 20 e definitivamente a partir de 1914: não por acaso, com a Primeira Guerra Mundial, que para muitos é uma guerra que vai até 1945 e, para outros ainda, para teóricos americanos de geopolítica, é uma guerra que começa em 1914 e termina em 1989, de modo que é esse o período de erosão desta era do espaço que Carl Schmitt chama de nomos da terra. “Nomos” vem do grego, quer dizer “lei” entre outras coisas – se discute até hoje, há um enorme aparato erudito a respeito disso, mas “nomos” é lei e é também ordenamento jurídico, ordem jurídica: enfim, é uma configuração social ancorada numa determinada concepção concreta do que significa o jurídico. E a intuição de Carl Schmitt é uma intuição clássica para essa direita conservadora e esclarecida (se é que se pode falar assim) alemã – se eu fosse fazer história da filosofia, diria que, *mutatis mutandis*, tudo o que ele vai dizer sobre espaço nós encontramos em Heidegger. Ele diz o seguinte: existe uma vinculação intrínseca entre o ordenamento jurídico, as leis, e o seu enraizamento espacial, isto é, toda norma jurídica, toda lei, está referida a um território específico, e esse território, diz ele, essa terra é a fonte do direito. Vejam só: a terra, a relação com a terra é a fonte do direito, e há uma relação de reciprocidade entre a sociedade, o assentamento humano sobre aquele determinado território, que trabalha aquele território, e o tipo de resposta que essa terra trabalhada lhe dá na forma de recursos naturais, de colheitas. É uma medida comum entre a terra – a terra delimitada – e os homens, e é esta medida comum que estabelece o eixo constitutivo do direito. É só numa terra delimitada que existe direito, portanto o direito, o ordenamento jurídico, é sempre alguma coisa concreta. Na origem disso – e vocês veem como as coisas estão bem encadeadas nesse pensamento quase que mítico alemão –, existe sempre aquilo que ele chama de tomada da terra, ocupação da terra: em alemão é *Landnahme*, em francês é *prise de terre*, tomar a terra. É esse gesto inaugural que institui o ordenamento jurídico que vai brotar desta ocupação originária. É claro que se eu fosse fazer arqueologia disso (o que não me interessa agora), tem alguma coisa a ver com invasões, com conquista, aquilo que outros filósofos alemães no polo oposto, na extrema esquerda – Adorno e Horkheimer, na *Dialética do iluminismo* –, chamam de “ato despótico originário”. Eles concordariam com a versão de Carl Schmitt, mas mudariam o sinal, diriam: é claro que o nomos vem da conquista da terra.

Mas, no caso de Carl Schmitt, o que ele está dizendo é mais ou menos o seguinte. Com a ideia de um nomos da terra, de uma lei da terra, ele está se opondo à ideia positivista e formal do direito como uma convenção, à qual ele contrapõe algo que ele chama de “concreto”: o direito sempre é concreto. Ora, Schmitt identifica uma era do nomos da terra. O nomos da terra tem um período, que vai do século 16 ao início do século 20, e uma localização, que é a Europa, e se exprime naquilo que ele chama em latim de “direito público europeu” – *jus publicum europaeum*. Os franceses o traduzem por “direito das gentes”, *jus gentium*, o que não é bem a mesma coisa, mas, digamos, é o direito público internacional europeu que ele tem em mente. Esse direito público internacional europeu – vamos chamá-lo de direito público europeu para abreviar, mas estamos falando do direito internacional – vigora entre Estados territoriais europeus delimitados por fronteiras. Agora estou usando “fronteiras” no sentido trivial, no sentido político. São espaços exclusivos, isto é: só existe territorialidade vinculada a um Estado e o Estado é necessariamente territorial, e a Europa enquanto tal nasce quando ela se divide nesses Estados, que mais adiante vão se chamar “nacionais”. No período em que Schmitt está pensando, não existe nação ainda: a nação é uma formação social específica, digamos, da virada do século 18 para o século 19, começa um pouquinho com a Revolução Francesa e depois se consolida no século 19. Mas o que ele tem em mente é a estatalidade do território e, viceversa, a territorialidade do Estado. É isso que define o direito, o direito público internacional, portanto, baseado no reconhecimento entre esses Estados territoriais: eles se reconhecem reciprocamente na sua soberania. Isso é o fundamental, é a primeira palavra fundamental dessa exposição: a ideia de “soberania”. São estados soberanos. Então, vejam só: estatalidade, territorialidade, portanto, um território delimitado por fronteiras seguras e reconhecidas mutuamente, reconhecidas por um concerto de Estados – vamos chamá-los de Estados nacionais para abreviar – localizado num território privilegiado, chamado Europa. Em um determinado momento, ele vai falar na “sacralidade do solo europeu” e a coisa já começa a engrossar, começa a encrespar. Por que essa sacralidade do solo europeu? Porque lá existe Estado e o Estado é fundamental, é o garantidor, a fonte, o cenário, o território do direito: sem Estado não há direito (agora sou eu que estou interpretando, ele não diz isso). O que ele tem em mente é como se configurou a sociedade política europeia no século 16 e no século 17, que desabrocha definitivamente, de maneira clássica, por volta de 1648, com os famosos tratados de Vestfália. Existe uma enorme controvérsia sobre o significado disso, mas é o fim da Guerra de Trinta Anos, o fim do caos sistêmico das guerras dinásticas e das guerras religiosas na Europa, que eram devastadoras, como se sabe. E nesse tratado, nessa paz positiva que sucede esses trinta anos de guerra (num certo sentido, “total”) se estabelece pela primeira vez, se reconhece esse direito público europeu, que já estava mais ou menos em formação desde o início do século 16,

como sendo esse território privilegiado em que os Estados territoriais se reconhecem mutuamente na sua soberania impenetrável e em que uns garantem as soberanias dos outros.

Ora, para que isso tenha sido possível, diz Carl Schmitt, para que essa tomada de terra, fonte do direito, fosse possível e a civilização europeia moderna emergisse, era necessário que houvesse um outro lugar – terras livres, um espaço livre. Isto é, o que ele está dizendo é o seguinte. O direito público europeu e a Europa enquanto solo privilegiado (porque é o solo em que existe Estado) nasce conjuntamente com o que se chama de descoberta do Novo Mundo: a conquista, como nós quisermos chamar, ou a invenção da periferia europeia, porque é disso que se trata. Eu poderia fazer uma leitura materialista do que ele está dizendo, da forma seguinte: o capitalismo nasce na Europa e não na China, que era dez mil vezes mais avançada do que a Europa do ponto de vista tecnológico e da organização social – perto da civilização chinesa, a Europa era um bando de gorilas trepando em árvore ainda – e a China, pelo contrário, não se expandiu, se recolheu, fechou-se para o mundo, e aquilo que representava o possível desenvolvimento de forças produtivas e novas relações sociais de certa maneira involuiu. Portanto, a China não se expandiu e a Europa não só é o berço do capitalismo, como ela se expande e conquista um novo mundo. Ora, na leitura, digamos, materialista-weberiana, a condição para que isso tenha acontecido é que a Europa se dividiu em Estados nacionais independentes. É porque houve essa pluralidade de jurisdições políticas recortando o território, aquele rabinho da península eurasiática, que foi possível alguma coisa chamada acumulação de capital, porque havia essa rivalidade, essa disputa, entre as várias localizações políticas nesse território europeu. Foi esta mola, esta competição entre os Estados, que tornou possível a acumulação. Não posso abordar este tema agora, mas na verdade é isto que Carl Schmitt tem em mente quando diz o seguinte: formou-se o direito público europeu porque havia, do outro lado do oceano, a descoberta de terras, de espaços livres e sem Estado.

Bom, na cabeça de Carl Schmitt, o grande feito civilizatório dessa coisa que para nós é um genocídio espantoso (o que ele não desmente), realisticamente, ele diz, é o seguinte: não haveria Europa se não houvesse colonização, não haveria Europa se não houvesse território livre à disposição para ser tomado de uma outra maneira do outro lado do oceano. Isto é, em termos materialistas: o centro, o núcleo orgânico do sistema capitalista mundial e a sua periferia nascem juntos e vão terminar separados quando acabar o capitalismo, não há convergência possível, porque um é a condição do outro. E um conservador alemão diz isso em meados dos anos 1930, 1940. A asneira, a baboseira, a fraseologia da globalização diz o contrário, que haverá convergência. Este fosso é intransponível porque é constitutivo disso, e ele raciocina em termos de direito para dizer que é isso mesmo. É isso mesmo, quando isso acabar, acaba o mundo. A nossa história é

longa... Esses alemães diabólicos pensam coisas do arco da velha, claro que a gente fica assustado.

Mas enfim, voltando: qual era o feito civilizador que, segundo ele, aconteceu com esse *nomos* da terra, essa lei que vale para esta terra, no globo todo, mas cujo foco, cujo centro de gravidade é a Europa dividida em Estados soberanos? A invenção da soberania moderna e tudo que ela acarreta do ponto de vista de garantia de direitos, ou coisas mais sinistras. É que o foco do Tratado de Vestfália – que definiu o sistema inter-Estados europeu e por conseguinte, com a expansão capitalista mundial depois para a América e para a África (chegaram antes na Ásia) – é que a guerra de 30 anos, que era uma guerra que semeou o caos na Europa (basta alguém ler a respeito: a Mãe Coragem de Brecht, por exemplo, se passa na guerra de 30 anos) – [o foco do Tratado de Vestfália era] como acabar com aquele pesadelo, portanto? O Tratado de Vestfália acabou com aquele pesadelo, isto é, ficou combinado que Estados beligerantes não retaliarão os seus respectivos nacionais civis que comerciam entre si. Isso não vale para a ralé, não vale para o campesinato, esse é pilhado como sempre, não tem nem conversa: passa um exército, recolhe a colheita, estupra, faz o diabo.

Mas os grandes mercadores internacionais têm livre trânsito através das fronteiras, eles não são incomodados pelas guerras, isto é, a guerra torna-se *limitada*. Esse é o grande *nomos* da terra. Para Carl Schmitt, direito público europeu significa uma *limitação* da guerra em relação ao que foram as barbaridades de antes, as guerras de religião, as guerras dinásticas etc. Isto é, o período de dissolução do império – império no sentido medieval do termo – encarnado pela Espanha, pela potência territorialista espanhola, por exemplo, em luta com os holandeses porque era um estado nacional capitalista em formação, provocou esse caos, essa carnificina generalizada que assolou a Europa durante quase um século. Então limitou-se a guerra. Essa estatalidade do território mutuamente reconhecido restringiu, limitou a guerra, a guerra passou a ser um assunto estritamente estatal de responsabilidade dos governantes e que interfeririam da menor maneira possível na vida econômica comercial dos civis interessados neste mercado nacional e internacional (o mais importante era o internacional). Portanto houve uma restrição da guerra, uma limitação, uma “civilização”, uma domesticação da guerra. Isso pode parecer grotesco... por que ele está interessado nisso?

Ora, do século 17 em diante, isso significava o seguinte: também, entre outras coisas, para Carl Schmitt isso significava (a expressão que ele usa em alemão também tem essa conotação) uma *proteção* da guerra. Veja só que maluquice, proteger a guerra. Você a restringe, limita, circunscreve e ela não extravasa. Portanto, ela não é uma guerra total. Ela não extravasa para as populações civis. Ela não exige a destruição do inimigo, pelo contrário, ela

requalifica o inimigo, o inimigo passa a ser o inimigo justo, o inimigo não é um criminoso. Isto é a guerra. Depois ele vai transformar isso num teorema, isto é, a guerra é nada mais nada menos do que a continuação da política por outros meios, e, portanto, ela é objeto de uma deliberação racional, ela é fruto de um cálculo racional se aquele meio interessa ou não. Mas ela é o último recurso dos governantes: recorrer à guerra para resolver uma disputa territorial comercial, ou seja lá o que for. A razão não importa: a guerra é *descriminalizada*. Não existe mais fiéis e infiéis como nas guerras das cruzadas. Portanto o inimigo é justo, porque a guerra levará a um desfecho, estabelece-se uma paz em que há reciprocidade e reconhecimento mútuo. E você não pode fazer paz com criminoso. Então o seu adversário, o inimigo político, o inimigo militar, uma vez derrotado, reintegra essa comunidade do direito público europeu. É por isso que ele fala em proteger a guerra, porque a guerra é permanente, diz ele. Como a política, como o Estado, como o território, como os assentamentos humanos, como a violência, entre outras coisas. E a guerra é algo sim desastroso, mas é alguma coisa que tem a ver com a vida política, portanto é necessário que haja demarcação de fronteiras entre amigo e inimigo nesse sentido belicoso, e não no sentido criminal.

De modo que proteger a guerra significa nos proteger dos efeitos devastadores da ideologia discriminatória da guerra que criminaliza o inimigo. O inimigo não é um desqualificado, é apenas o seu adversário num confronto político no qual se visa, inclusive, a sua morte. Mas nem por isso ele é desqualificado na sua humanidade. Aí entra o golpe de gênio de Carl Schmitt. Num determinado momento desse caos sistêmico europeu, os governantes chegaram à conclusão de que era necessária uma racionalização da escalada da violência política no continente europeu. Houve uma revolução militar e nos assuntos militares, mudou-se a tecnologia. A condição para que isso ocorresse, diz ele, foi: o direito público europeu se confunde com esta racionalização e com esta limitação da guerra. Para que isso fosse possível era necessário que houvesse terras disponíveis. É um ovo de Colombo. Mas ele diz o seguinte: a Europa deixou de se matar e a civilização europeia tornou-se possível porque havia terras disponíveis no ultramar. É como se nós dilatássemos a distância que separava, digamos, os termos da escalada até chegar ao conflito final.

Essa disponibilidade de terra no sentido mais amplo possível significa que a condição da civilização europeia foi a colonização, nos termos que nós sabemos, do novo mundo: a América. Foi a conquista que tornou possível a civilidade europeia e, dentro dessa civilidade, essa limitação da guerra. Portanto a ordem europeia tem como pressuposto uma desordem mundial colossal no resto do mundo. Naquele momento, a África estava fora de cogitação, era apenas *port of trade*. A terra livre por excelência era o novo mundo. Com uma condição, acrescenta Carl Schmitt: que esses novos territórios que são apropriados livremente pelas potências europeias em disputa não se transformem jamais em

Estados. Não podem ser Estados, porque isso significa eliminar essa distinção hierárquica entre a Europa e o resto, o resto é esse espaço mundial restante que garante aquele núcleo de civilização europeia em que a guerra é disciplinada. De modo que a condição da civilização europeia foi um genocídio, foi a ocupação livre de territórios que não poderiam jamais se transformar em Estados. O segundo lance de gênio é o seguinte: a partir desse momento o *nomos* supõe esse espaço livre – não se transformem em Estado – e a Europa passou a pensar através daquilo que ele chama de *linhas globais*. Esse pensamento por linhas globais é o que nos interessa. Que são essas linhas globais? Ele foi o primeiro autor que eu vi tratar desse tema. Ninguém mais tratou disso, agora reaparece aqui e acolá disfarçadamente.

Em linhas gerais é o seguinte: na constituição desse *nomos* da terra, desse direito público europeu, que é contemporâneo e a condição necessária para que haja do outro lado esse espaço livre para ser livremente apropriado - ele se dá, através de um certo tipo de pensamento jurídico político que funciona por uma demarcação que ele chama de linha global. A primeira linha global nós conhecemos desde a escola primária, o Tratado de Tordesilhas. São as *rayas* ibéricas, portuguesas e espanholas. Uma *raya*, essa demarcação, essa linha global que divide o mundo em duas partes qualificava esses novos territórios, que eram territórios de missão. Missão religiosa, portanto de evangelização, e era o Papa que definia. Ainda uma reminiscência do império, da ideia de soberania medieval. A autoridade espiritual alocava, entre as duas potências ibéricas em expansão ultramarina acelerada naquele momento, o que cabia a cada uma delas - leste ou oeste, antes ou depois de Tordesilhas. Mas para evangelização dos povos gentios, e mais ainda: claro que estava autorizada uma espécie de guerra, uma guerra santa (uma guerra colonial) na teologia jurídica do momento. Porque se eles resistirem ao comércio, e portanto se eles resistirem a que europeus se assentem naquele território para pacificamente comerciar - como esta resistência contraria as leis da natureza que estão assentadas sobre a sociabilidade humana e portanto sobre a hospitalidade (isso vai voltar mais adiante) - essa resistência a hospedar aqueles que querem apenas comerciar, e portanto a resistência à evangelização e a resistência ao comércio, é uma razão para deflagrar uma guerra justa contra aqueles que se opõem.

De modo que essa primeira *raya*, essa primeira linha global faz esse tipo de demarcação. Ela que vai se complexificar ao longo do século 16, início do século 17 (essa é a fundamental) com um segundo tipo de linha. O que na literatura anglo-saxônica e francesa (também foi acordado entre ingleses e franceses no século 17) chama-se *amity line*, linha de amizade. Vocês vão descobrir que essa linha de amizade significava o seguinte (a demarcação dela variou durante um bom tempo, ele tinha limites ao sul, tinha limites leste-oeste...): para cá da linha, numa parte do Oceano Atlântico e Europa, vigorava o direito público europeu. Para lá da linha,

beyond the line, para além da linha, *vale tudo*. Exatamente isso: para além da linha, vale tudo. Portanto essas terras livres são objetos de disputa entre as nações europeias que não estão necessariamente em guerra. Uma pode se apossar das feitorias comerciais, dos entrepostos comerciais, dos empórios, das possessões, das conquistas umas das outras. Então vale a pirataria. A Inglaterra, de certa maneira, fez a sua fortuna naquilo que ele chama de *privateer*, nos corsários privados. De modo que para lá da linha de amizade nós estabelecemos um espaço específico, que não é um espaço estatal, em que portanto a pilhagem, a rapina, a guerra sem limites é concebível, desejável e instrumento reconhecido por todos. É como se, ultrapassada essa linha de amizade, os homens se tornassem selvagens novamente, e nós sabemos o que é essa história: é a nossa história. Nós estamos *para cá*. “Não existe pecado de baixo do Equador” é uma brincadeirinha com *eles*. Não existe pecado *para eles*, evidentemente.

De modo que é possível - se nós fomos reler, por exemplo, o capítulo sobre acumulação primitiva do Marx n’*O capital*, volta e meia ele fala do *doux commerce*. O “doce comércio” não é um ato de violência, é um ato de reconhecimento do outro. Os exemplos preferidos dele são os holandeses pilhando pequenos entrepostos comerciais dos portugueses na Ásia, por exemplo. Esse é o *doux commerce*, diz o Marx. Só que o Marx poderia ir mais além: olha, é assim que a Europa capitalista está se constituindo, porque é possível a pilhagem entre eles e por isso eles não fazem guerra lá. Então não há declaração de guerra, portanto perfeitamente pode uma esquadra holandesa chegar num porto, num entreposto comercial português na atual Indonésia, pilhar e tomar conta, e acabou. E os portugueses vão fazer a mesma coisa, em Angola, em Moçambique, no mundo inteiro fora da Europa. Portanto, o *nomos da terra* só foi possível devido a este pensamento por linha de amizade, a este pensamento por linhas globais. Diz Carl Schmitt que isso provocou um abalo no imaginário, no modo de pensar europeu de maneira geral, e que ninguém reconheceu. Bom, a partir daí, se a gente começa a reler o Montaigne, as coisas aparecem lá: o exemplo preferido dele é o meridiano de Pascal. Todo mundo se reconhece no pensamento de Pascal, e Pascal diz o seguinte: o meridiano decide a *verdade*, todo mundo está achando que ele está falando em relativismo, direito positivo, de um lado o Pirineus é uma coisa e do outro lado é outra coisa. Não, ele está registrando em termos filosóficos os mais enfáticos possíveis esta mudança no imaginário espacial político-jurídico estatal do *mundo moderno*. Um meridiano decide entre a barbárie de um lado, e a civilização do outro (que não é assim tão civilizada, porque são eles que são bárbaros do outro lado, atravessando a linha). Daí a expressão “sair da linha”, “do outro lado da linha”. Vem daí, “*beyond the line*”, ele passou para o outro lado da linha e se tornou um selvagem. É mais ou menos isso. É só nos lembrarmos, para dar um exemplo bem preciso, por que o personagem de Conrad do *Coração das trevas* (que Coppola transformou num filme admirável, *Apocalypse Now*)

enlouquece. Ele enlouquece porque ele passou para o outro lado da linha. Passando para o outro lado da linha, ele vai se tornando um selvagem, tanto o Kurtz de Conrad quanto o Kurtz de Coppola. Só que ele percebe o fundo de selvageria da civilização que o enviou para o outro lado da linha, portanto ele não respeita mais ninguém, uma espécie de nihilismo total.

Bom, onde eu quero chegar? Carl Schmitt diz o seguinte: foi esse subterrâneo, esse “do outro lado da linha”, que tornou possível o pensamento liberal europeu, o Estado de direito europeu, a ideia de soberania europeia, a ideia de reconhecimento mútuo entre os Estados territoriais exclusivos assegurados por fronteiras reconhecidas. De modo que o fundamento do direito público europeu é este subsolo de expansão continuada, que é um território que não pode ser estatizado. E ele sabe do que está falando. Bom, ele está escrevendo isso nos anos 40 – na medida em que uma metrópole europeia considerava uma colônia como um Estado nacional, como um Estado europeu, as coisas acabaram. Só pensar o que foi por exemplo a Guerra da Independência da Argélia. Argélia era parte da França, era um departamento francês do outro lado do Mediterrâneo. Foi a mesma coisa com o Congo quando o rei da Bélgica comprou o Congo, para comprar o Congo Belga teve que transformá-lo num Estado independente, houve reconhecimento de Estado nesse território e as coisas vão para o brejo. Ele sabia do que estava falando, ele estava no olho do furacão. Este espaço para além da linha é um espaço, digamos, de anomia, para usar um bom sociólogo, e anomia é isso: fora da lei. A garantia da lei europeia é um espaço fora da lei que é o subsolo dessa civilização europeia, portanto é um espaço de anomia e é um espaço *juridicamente vazio*. Ora, ele está falando pra europeus. Nós, aqui embaixo, nós sabemos o que é viver em colônias. Sempre se viu o teatro de horrores que é o Brasil, ou pode ser qualquer outro país periférico. O que é? Nós continuamos “além da linha”. Só que o ocupante que está aqui além da linha tem alguma coisa que ver com os outros que estão do outro lado da linha.

A coisa começa a ficar mais ou menos clara: isto aqui é um espaço, para o direito público europeu que nos formou, *juridicamente vazio*. É uma terra de fronteira. Veja só, o que nós estamos começando a ver é o seguinte: para que existissem fronteiras políticas como nós entendemos modernamente na Europa, era necessário que essa linha global se transformasse num outro tipo de fronteira. Para que existissem *borders* na Europa, era necessário que a linha global definisse uma *frontier* em expansão, essa fronteira em expansão da Europa – onde a guerra total retornou, que era a guerra colonial, a guerra justa... O genocídio, o massacre, está neste vazio jurídico. Isto que Carl Schmitt está vendo nesse momento (ele já não diz mais isso no livro, mas está na obra anterior dele) é o seguinte: isso é o fundamento da soberania europeia tal como nós a entendemos, e o fundamento da soberania europeia é o estado de exceção. E esse estado de exceção aparece territorializado. Aquilo que na Europa é concebido como fundamento da

soberania – para ele o soberano (o poder soberano, o Estado soberano) é aquele que decide sobre uma situação de exceção, e portanto suspende as leis para atender aquele estado de emergência. Aquilo é *espacializado*, torna-se visível e aparece como uma sociedade, uma sociedade de fronteira que está para além da linha neste território conquistado e que não pode ser estatal jamais. Portanto, é como se ele dissesse o seguinte: olha, o que está garantindo o funcionamento do Estado de direito europeu é esse estado de exceção permanente que existe para além da linha. A situação, digamos assim, é de um estado de sítio permanente: a justiça de fronteira, a sociedade de fronteira... é como se o *border* europeu fosse assegurado por essa linha global. Encerro com isso.

Quem for estudar isso, veja só, isso é iluminador. Esqueçamos o passado sombrio do autor. O que tem de reacionário nisso é o *sangue e terra*. O que tem de iluminador é o seguinte: a capacidade de desmistificação de todo o pensamento liberal do século 17: Hobbes, Locke, sobretudo Grotius. É de uma luminosidade aterradora. Em qualquer livro de direito, de política internacional, Grotius, depois até chegar a Kant, passa por ser aquele que descriminalizou a guerra, isto é, a guerra não era mais uma questão de verdade contra o erro, justo e injusto, a guerra era apenas um fato político neutro. Portanto ele restringiu a concepção de guerra na Europa e ao mesmo tempo ele foi o grande teórico e ideólogo da expansão ultramarina holandesa. Ele foi o teórico da guerra colonial e da pilhagem, da pirataria, da apropriação de possessões de uns dos outros, *beyond the line*. O liberalismo tem a ideia de estado de natureza, em Hobbes, e mesmo em Locke – Locke num determinado momento diz o seguinte: no princípio tudo era a América. Era um estado de natureza, e o estado de natureza estava se *realizando* lá. Toda filosofia política clássica europeia do século 17 estava na verdade *transpondo conceitualmente* esta grande divisão do mundo pelo pensamento de linhas globais. É o que está acontecendo hoje; o objetivo dessa palestra, se eu fosse até o fim, seria chegar a isso.

Quando Marx diz no capítulo da acumulação primitiva que lá nas colônias está a verdade da metrópole, ele diz o seguinte: a verdade do trabalho livre assalariado é o trabalho escravo na colônia. É uma anomalia dizer que um proprietário de uma *plantation* seja ao mesmo tempo um senhor escravagista, e o fato de ele se comportar pela lógica econômica da acumulação capitalista é uma anomalia. Ora, Carl Schmitt diz que essa anomalia constitutiva é dual e ela é justamente o que eu entendo por soberania. A soberania é justamente esse poder, essa capacidade de decidir sobre a emergência, sobre o estado de exceção. Ora, para além da linha se vive numa situação de emergência permanente, é a situação da colonização em que os indivíduos são acossados pelos perigos próprios de uma terra em princípio desabitada e com um tempo hostil. Bom, vamos ver se eu consigo chegar até lá. Aí deu-se o grande cataclisma, na visão de um alemão, evidentemente. Apareceu uma terceira linha global. Esse pensamento por linha

global apareceu no início do século 19 e foi de certa maneira se aprofundando - e quando ele fala o pensamento, é teoria e prática - foi se estendendo ao longo do século 19, até chegar ao apogeu de 1914. É o que ele chama *a invenção do hemisfério ocidental*. Isto é, quando os pais fundadores da jovem república americana inventaram alguma coisa chamada hemisfério ocidental. Esse hemisfério ocidental se corporificou numa doutrina que era a Doutrina Monroe de 1823, mas já havia sido anunciada por Jefferson, no testamento de Washington já estava lá, que dizia mais ou menos o seguinte: nós fazemos a América, inventamos a América, essa república completamente diferente, excepcional em relação à política de poder e ao equilíbrio de poder do direito público europeu. De certa maneira, ela caracteriza, ela institui, ela qualifica um novo espaço no globo terrestre. Esse novo espaço nós chamamos de Hemisfério Ocidental, e compreende as três Américas, obviamente, e é uma larga e generosa porção dos dois oceanos Pacífico e Atlântico. Essa nova linha global que distingue o hemisfério ocidental do resto funciona exatamente como as linhas globais da idade clássica do nomos da Terra.

O que isso acarreta? Acarreta coisas do arco da velha, que nós não estamos habituados a pensar, e que explica muito do que está acontecendo, do que passa pela cabeça ensandecida, e não tão ensandecida, historicamente fiel, dos governos americanos sucessivos. E não estou demonizando ninguém, pouco me interessa saber se fulano ou beltrano... isso é uma bobagem, como se fixasse tudo no atual presidente americano. Isso não diz absolutamente nada. O que isso acarreta é que esta linha, esse hemisfério ocidental nos separa do outro. Quem é que está do outro lado? Ora, do outro lado estão os europeus, e o que caracteriza os europeus? O absolutismo, a corrupção, a imoralidade, a libertinagem, a perversão, o pecado, a ideia de soberania – aqui existe uma democracia em que o pacto não é de sujeição; depois as coisas vão mudar. E, portanto, esse hemisfério ocidental torna a Europa um novo mundo, só que é o velho mundo, por contraste com a inocência americana, habitado por uma espécie humana decaída. Nós somos um povo bom, aí vai começar a mitologia, um povo eleito etc.

Mas o fundamental não vai por essa linha da mitologia americana, segundo Carl Schmitt. É uma coisa muito mais importante, que ele foi dos primeiros a vislumbrar, e que não tinha o aparato conceitual à altura desta sua intuição. Ele diz o seguinte. Com a Doutrina Monroe, um Estado nacional, territorial – que já é uma aberração fora da Europa – reivindicou soberania sobre um espaço que não é mais nacional – três continentes no mínimo, mais largas porções marítimas. Tanto é que, no fim do século 19, havia uma disputa de fronteira entre a Venezuela e a Guiana Inglesa. Quase chegaram a um confronto armado, até que o Secretário de Estado americano, chamado Olney, mandou uma nota à Sua Majestade Britânica, dizendo, mais ou menos nesses termos: olha, aqui no pedaço nós somos praticamente soberanos. Portanto, *halt*, fora. Não é “aqui mandamos nós”. Isto é,

um novo conceito de soberania está aparecendo, que não coincide com a ideia de Estado territorial exclusivo europeu. O que Carl Schmitt começou a desconfiar e descobrir é o seguinte: os Estados Unidos começaram a esvaziar a noção de Estado territorial e, portanto, do direito público europeu e do *nomos da Terra* pela seguinte maneira. Aí o pensamento dele é um tanto primitivo, no sentido, digamos, da reação alemã; nós temos que traduzi-lo. É uma espécie de oposição entre Terra e Mar. A Terra é o lugar do direito, da propriedade fundiária, da família, do Estado, e o Mar é alguma coisa inapropriável, então é o lugar de livre comércio, de pirataria, de guerra. Portanto, o Mar caracteriza as potências anfíbias como a Inglaterra, que são ao mesmo tempo territorialistas e capitalistas; o Mar tem a ver com comércio, capitalismo, ganância, e se opõe à Terra, que tem a ver com direito. Para ele, isto significa que o tipo de economia e de sociedade que estava em formação nos Estados Unidos naquele momento extravasava os seus limites territoriais e compunha um outro espaço, que ele chama de “grande espaço”, “super-espaço” – nós podemos chamá-lo de “hiper-espaço” –, o qual ultrapassa as fronteiras políticas tradicionais no sentido de *border* linear, estabelecido por reconhecimento mútuo entre as nações. E quando se fala: “aqui, nesse hemisfério, nós somos praticamente soberanos”, isto quer dizer: pela primeira vez, nós vamos desprezar a ideia de anexação territorial, não teremos colônias; a soberania dos países latino-americanos, da América Central, do Caribe etc. está garantida, mas, por outro lado, eles passam a ser nossos clientes ou dependentes do ponto de vista econômico, ou seja, eles são sociedades, economias, espaços abertos para o ir e vir permanente nosso. São protetorados, zonas de exclusão, garantidos por tratados, de modo que o tipo de capitalismo americano – que é um capitalismo novo em relação ao europeu, que não necessita de colônias, porque se interessa apenas pelas economias desenvolvidas – banaliza a concepção política de território e, portanto, a concepção de soberania tal como os europeus a haviam entendido. Portanto, ele vai eliminando essa relação intrínseca entre direito, Estado e territorialidade como os europeus a concebiam, segundo Carl Schmitt. A soberania passa a ser uma formalidade, isto é, os Estados Unidos estão dizendo: todas as territorialidades estatais são equivalentes como uma mercadoria entre outras, portanto, no nível da abstração.

Por outro lado, ele repara de passagem: nós não podemos deixar de levar em conta que a anomalia dos Estados Unidos reproduz, por assim dizer, no espelho, aquilo que havia acontecido três séculos antes na Europa. Quando os Estados Unidos, as treze colônias, se transformam numa república independente, o território desta república não cessa de se dilatar e inchar, até chegar ao Oceano Pacífico em menos de um século. O que aconteceu com esse novo *nomos da Terra*, com essa dissolução do *nomos da Terra*? Tudo se passa como se, na fronteira – propriamente – da expansão americana, ocorresse alguma coisa de análogo àquilo que foi a *amity line*, as linhas de amizade, da constituição do *nomos* e do direito

público europeu. Ou seja, os Estados Unidos puderam constituir uma espécie de império, de república, uma federação de Estados contíguos, demarcados inclusive por linhas geometricamente racionais, que é a união americana de Estados livres e independentes, que vão progredindo por adjacência e contiguidade – e isso só foi possível num determinado momento. Eles conseguiram racionalizar a guerra entre eles, até a guerra civil, porque havia terras livres em expansão. Em outras palavras: a *amity line* americana existiu, e existiu no interior daquilo que viria a ser a formação nacional americana. Do outro lado da *amity line*, estava aquilo que nós sabemos – rapina, pilhagem, genocídio, matança, apropriação, tudo aquilo que o Western tornou idílico, apresentando-o como a criação de uma nova civilização, um novo homem, o homem da fronteira, que tinha inventado relações individualistas, igualitárias, para além do jugo da lei... O inverso dessa mitologia é o que aconteceu, isto é: o Estado americano é um Estado territorial, o capitalismo americano é territorialista, ele se expandiu numa expansão vertiginosa, violenta, até o outro lado do Pacífico, tendo o seu imaginário trabalhado por esta *frontier*, de modo que os limites entre os Estados originários das treze colônias foram garantidos por essa expansão.

Houve um momento em que essa expansão, essa válvula de segurança terminou: quer dizer, o fato de que se constituiu uma civilidade republicana num determinado espaço no norte da América só porque, do outro lado da fronteira, vivia-se um estado de exceção, de sítio, de emergência. Era uma sociedade de fronteira, foi lá que foi inventado o linchamento; tudo o que aparece de maneira edulcorada nos Westerns estava acontecendo lá. Isso adiou, até um certo momento, o confronto semelhante às guerras de religião, às guerras europeias que culminaram no Tratado de Vestfália – adiou a constituição nacional através da guerra civil. Foi na Guerra Civil Americana – a guerra mais cruenta do século 19, a primeira guerra já tecnológica – que se constituiu um Estado central. A mitologia dos pais fundadores da união, o federalismo etc., foi apagado naquele momento. A guerra civil forjou um novo Estado, que é o que nós conhecemos hoje: o Estado mais centralizado, o mais soberano na acepção europeia, na verdade o único Estado soberano no mundo nesse momento. Isso foi possível porque houve essa linha de amizade funcionando. A soberania americana funcionou porque havia, do outro lado da fronteira em expansão, essa sociedade de fronteira, que é uma sociedade de exceção, de estado de sítio, de vazio jurídico. Ora, essa fronteira se esgotou no fim do século 19.

Aí aparece uma nova etapa dessa mitologia americana, segundo a assim chamada “tese da fronteira”, que foi formulada por vários ideólogos americanos (o mais famoso chama-se Jackson Turner): nós chegamos a um impasse na história nacional porque somos uma sociedade de fronteira, o homem americano foi formado pela fronteira e ela se esgotou, mas a economia americana foi calcada justamente na expansão da fronteira. Não por acaso, eles deflagram uma guerra

contra a Espanha – um império de ultramar decadente – e começam a aparecer coisas novas. A linha demarcada pela Doutrina Monroe do hemisfério ocidental passa a ser a nova *frontier* americana que vai se dilatando, só que sem anexação territorial, sem novas colônias, porque ela prescinde desta formalidade. Os territórios são banalizados, a economia americana não precisa de anexações. Ela precisa de portas abertas, de acesso, entradas e saídas, e, portanto, ela precisa moldar internamente regimes cuja jurisdição administrativa naquele determinado espaço lhe interessa – mas é uma mera formalidade, porque eles são clientes, dependentes, passam a orbitar e depender da economia desse hiper-espaço econômico americano. Ou seja, a economia americana, sendo uma economia nacional, começa a ser cada vez mais mundial e vai desestatizando esses territórios, que passam a ser banalizados enquanto territórios nacionais e encarados conforme essa linha de amizade que é o hemisfério ocidental, e que se expande como terra de fronteira. Como prova dos nove disso, acontece o seguinte: a guerra americana é diferente daquela guerra racionalizada, restrita, protegida, que foi a da Europa – a qual estava barbarizando o outro lado, como nós sabemos. Mas, de qualquer maneira, a guerra americana, desde o início, na expansão contra os mexicanos, contra os espanhóis, contra os índios, é uma guerra de extermínio, uma guerra colonial. É uma guerra *beyond the line* – desde o início. É uma guerra que foi formada nesse molde. Aí a barbaridade, a carnificina que foi a Guerra Civil Americana.

Assim sendo, quando se dá a expansão americana, ela acontece de forma diferente. Ela se dá a partir do fim do século 19 com a guerra da Espanha, a pretexto de direitos humanos – essa história começou lá – desrespeitados nas colônias espanholas: a nossa soberania transcontinental etc. Eles derrotam a Espanha no Caribe, em Cuba, Porto Rico etc., e nas Filipinas – só que nas Filipinas, excepcionalmente, eles ficam meio século, até o fim da Segunda Guerra Mundial. Uma vez que essa expansão se dá, eles se retiram, deixando atrás de si tratados e garantias de livre acesso, quase sempre protetorados. E o que eles deixam na praia, quando refluem? Bases militares. Onde eles chegam, não saem mais – Okinawa vai fazer 60 anos, Guantánamo já passou de um século, vem da guerra com a Espanha de 1898. Então não interessa a anexação territorial.

Ora, como há essa linha de amizade, a guerra americana, quando chega à Europa, é uma guerra colonial, é o que eles chamam, na bibliografia crítica americana, *savage war* – guerra contra os selvagens. E o selvagem, justamente, não é um inimigo justo: portanto, a guerra tende a ser de extermínio. Não é à toa que, em 1917, quando os Estados Unidos entram na guerra, o presidente Wilson (que passa por um grande humanista e é um grande mentecapto, no caso) diz: esta é a guerra para acabar com todas as guerras. Quem entra em guerra para acabar com todas as guerras visa a exterminação daqueles que são a causa das guerras, e quem é que causa as guerras? São os Estados soberanos, que fazem a guerra

inadvertidamente uns contra os outros, prejudicando os negócios no resto do mundo. Portanto, a soberania não é algo muito bom; a ideia de soberania é uma ideia relativa, revogável, uma concessão. Então, uma “guerra para acabar com todas as guerras”, que começa em 1914, vai até 1945 e termina com o quê? Vejam só – nada disto é irrealista, pelo contrário: nós estamos descrevendo a realidade pura e crua! Eles de fato acabaram com a guerra na Europa – não tem mais guerra na Europa há cinquenta anos – e acabaram com as soberanias europeias. A União Europeia é uma brincadeira comercial; do ponto de vista militar, geoestratégico, ela não é nada. Enfim, acabaram com as guerras, só que, em troca, o resto do mundo está se transformando numa *global frontier land*.

Se assim é, nós estamos começando a entender um pouco o que está se passando no mundo. Zygmunt Bauman tem razão: acabou a era do espaço – nos termos que nós vimos: acabou o nomos da Terra. Existe um novo nomos da Terra, um nomos de uma exceção soberana, que tem um histórico – não se trata apenas das ideias tresloucadas de um fanático americano negociista corrupto, esta é uma tremenda bobagem. Isso tem dois séculos, eles sabem o que estão fazendo, o que estão discutindo. Sabem o que querem. Alternam os negócios, porque *business is business* – quem ganha mais, quem ganha menos –, mas isso é irrelevante. O que nós estamos presenciando? “Globalização” significa, entre outras coisas, tornar o capitalismo seguro, e o núcleo desse capitalismo seguro é americano. Portanto, é alguma coisa que se espalha e vai banalizando territórios. É necessário, então, que se estabeleça novamente uma linha global, a qual coloca perfeitamente dois lados e pode abarcar os clientes europeus ou americanos, mas o outro lado dessa linha global é uma terra de fronteira, de modo que nós temos uma espécie de fronteira sem mundo. Ou seja, tudo se tornou fronteira. Isso significa o seguinte: existe uma soberania, essa soberania global, e o seu avesso é esse espaço anômico, esse vazio jurídico chamado fronteira.

“Tudo se tornou fronteira” não é apenas uma maneira de dizer, e vou encerrar com essa observação. Em si, o espaço nacional americano tende à bunkerização, a se tornar uma fortaleza, porque é a última soberania no sentido europeu do termo e, portanto, exige o estado de exceção, o qual exclui, produz um espaço de anomia e de vazio jurídico, porque a soberania é justamente aquilo que define quando a situação é de emergência – eles estão definindo que a situação do mundo é de emergência, daí a guerra contra o terrorismo etc. Pois bem: inclusive esse espaço nacional americano tornou-se um espaço de fronteira. Todas as leis de exceção americanas editadas do 11 de setembro para cá – e mesmo antes, se nós deparamos: desde que começou a Era Atômica – significam o seguinte: esse espaço que é sagrado desde os calvinistas, os Peregrinos americanos, esse espaço sagrado nacional americano não é mais invulnerável. Daí o lampejo de Zygmunt Bauman: o que os terroristas demonstraram? Que não existe mais território sagrado do ponto de vista da soberania, são todos vulneráveis; portanto, todos

estamos numa fronteira, e se assim for, então a nossa situação é de emergência, inclusive dentro da nossa *amity line* – do lado de cá. Daí o estado de sítio que se vive nos Estados Unidos. Não há outra caracterização do aprofundamento da legislação de exceção – todos os Atos Patrióticos, o *Homeland Defense* que eles fizeram para a defesa do território, etc. Ou seja, nós estamos novamente em uma fronteira, alimentamos a opinião pública novamente com esse medo da fronteira, e o que isso significa? Todo cidadão, em qualquer cidade americana, passa a correr os mesmos riscos que os nossos ancestrais pioneiros que fizeram essa nação corriam, quando estavam na fronteira real, histórica, desbravando o sertão, a mata brava, matando índio... enfim, a guerra dos arames farpados, fazendo as *enclosures* que eles fizeram, acumulação primitiva mesmo. Significa que, a qualquer momento, nós podemos estar submetidos a invasões bárbaras de nômades como aconteceu com o *World Trade Center*, o que faz com que também o nosso território seja um território de exceção, de fronteira, que carece, portanto, de uma legislação de emergência que dê conta desse novo território.

Ora, isso não tem nada a ver... falar mal de Bush e companhia é fazer furo n'água. Isso é demagogia, é bobagem. O que vamos dizer, que os democratas são melhores? Clinton começou isso, não foi Bush quem destruiu a Iugoslávia. Isso começou muito antes. Se quiserem saber melhor, essa formulação – “estamos em perigo, porque tem crise e temos que expandir a fronteira, mas essa expansão da fronteira faz com que a fronteira ecloda no nosso próprio território” – começou justamente com a declaração de princípios do que é a concepção americana de guerra, que vem desde a fundação daquele Estado nacional (que tem outras coisas extraordinárias, não estou demonizando... ser antiamericano ou pró-americano é uma bobagem, não é disso que se trata). Começou logo depois que os Estados Unidos entraram na guerra em 1917, da forma seguinte. Era uma guerra santa – começa por aí. Para a Europa, era uma guerra entre Estados soberanos; para eles, para um governante puritano americano, era escabroso – só a degenerescência da aristocracia europeia podia explicar aquela carnificina sem sentido entre alemães e franceses, alemães e ingleses, guerra pela guerra... Temos que acabar com isso, temos que erradicar; portanto, uma guerra de extermínio! O que eles fizeram? Demonizaram o *Kaiser* alemão, depois a Rússia, a futura União Soviética. Criminalizaram – portanto, trata-se de justiça de fronteira: é preciso caçar esses facínoras e enforcar, julgamento sumário, justiça de uma sociedade de fronteira. Criminalizar a guerra significa também banalizar a ideia de soberania territorial, de Estado, de estatalidade.

Então, eles disseram o seguinte. O que os alemães fizeram? Nesse período, apareceu pela primeira vez algo que é uma invenção nacional alemã (depois esse *know-how* tecnológico chegou até o Oriente Médio etc.): a guerra química. Os alemães foram pioneiros nisso – aliás, a Segunda Revolução Industrial é basicamente alemã e está na química. De modo que a guerra química começou nas

trincheiras da Primeira Guerra Mundial. “Veja só o que eles fazem!” (esquecendo o que eles próprios aprontaram nos Estados Unidos, linchamentos, o genocídio indígena, a escravidão, tudo o que se possa imaginar – ninguém é santo nessa história). Isso significa que, primeiro, a guerra química é uma guerra de gás. Gás não respeita fronteiras; portanto, ninguém está seguro. Nesse momento, de 1917 até os anos 1920, há uma mudança no pensamento geopolítico americano. A influência militar cresce e aparecem uns teóricos que se juntam às novas grandes indústrias químicas americanas, mostrando que é possível fazer isso e que os Estados Unidos estão sujeitos à ameaça de uma guerra química alemã – nos anos 1920, em que a Alemanha está se armando. Inclusive, um general da aviação americana simula – vejam só de onde vem a paranoia – um bombardeio químico de Manhattan. Passa lá os aviõezinhos dele, os jornais são advertidos, fazem a reportagem... então ele gaseifica Manhattan, destrói, asfixia, mata por envenenamento com gás químico. Isso para mostrar que a conquista do espaço aéreo pela guerra mudou completamente a tecnologia; a guerra de extermínio se globaliza, se generaliza; a ideia de bombardeio estratégico é formulada pela primeira vez. Bombardeio estratégico significa aniquilar cidades, isto é: derrotar uma nação significa extirpá-la, varrê-la do mapa.

Quando os americanos diziam na Iugoslávia: “é preciso que esse pessoal volte para a idade da pedra”, isso vem de longe, essa doutrina tem um século nos Estados Unidos. Então, sendo assim, nós temos que nos preparar, porque nenhum cidadão americano está seguro: justamente, ele corre tanto perigo quanto os nossos ancestrais pioneiros na fronteira. Nos preparar como? Retaliação à altura, evidentemente, mas também por leis de emergência – a *martial law* – permanente, porque nós estamos sob ameaça permanente. De modo que essa chamada “paranoia” – maneira de psicologizar isso que está acontecendo – é um pensamento estratégico nacional, que tem a ver com a formação do território americano como eu a reconstituí, desde os anos 20 do século passado. Foi naquela época também que esse mesmo personagem, chamado Billy Mitchell, já antecipando o conflito com o Japão no Pacífico, imaginou um bombardeio incendiário em Tóquio, porque a maioria das habitações era de madeira e bambu. Bombas incendiárias destruindo Tóquio – o que foi feito em abril de 1945.

Então, a ideia de que a fronteira está tomando conta de tudo provoca essa confusão, essa permeabilidade, essa promiscuidade – “amálgama” é o nome mais correto – entre a normalidade e o estado de emergência permanente. É isso que se quer dizer com a ideia de que a era do espaço terminou. Já nos anos 1920 se dizia: nem o nosso espaço nacional nos protege mais, tem a emergência de fronteira permanente. E o *nomos* da Terra foi também para o espaço, porque o capitalismo americano banalizou a ideia de território e de soberania. De modo que, quando eles dizem, em nome dos direitos humanos etc., que a soberania é o mal, não é

elucubração do *staff* paranóico, genocida, corrupto do Bush. Pelo contrário, essa é uma antiga ideia americana, que tem mais ou menos um século.